1995-1999 — responsável por projectos e acções de arqueologia subaquática na ria de Aveiro.

1996-1997 — responsável pelo projecto de arqueologia subaquática São Julião da Barra, no âmbito do programa do Pavilhão de Portugal da EXPO 98 e do centro de operações de arqueologia subaquática, que precedeu o Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS).

1997-2007 — director do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática do Instituto Português de Arqueologia.

1997 — representante do IPA/CNANS no projecto FEMAM (Fórum Euro-Mediterrânico de Arqueologia Marítima) do programa EUROMED HERITAGE da União Europeia.

1998 — organizador e coordenador do simpósio internacional «Arqueologia dos navios medievais e modernos de tradição ibero-atlântica» (Lisboa, Academia de Marinha, 7-9 de Setembro).

Desde 1998 — membro do comité internacional do património cultural subaquático (ICUCH) do ICOMOS.

Membro da delegação de Portugal e episodicamente seu porta-voz nas reuniões de peritos sobre o projecto de convenção para a protecção do património cultural subaquático (UNESCO, 2001).

Desde 1999 — membro do subgrupo do património subaquático da rede PACT do conselho da Europa.

Desde 2001 — membro do conselho científico da edição portuguesa da *National Geographic.*

Desde 2002 — representante do IPA/CNANS no projecto europeu ANSER (*anciennes routes maritimes de la mediterranée).*

2002-2004 — avaliador externo do projecto europeu MoSS (EU Culture 2000 — *monitoring, safeguarding and visualizing north-european shipwreck sites: common european underwater cultural heritage — challenges for cultural resource management).*

Desde 2005 — representante do IPA/CNANS nos projecto europeus ArcheoMed (*patrimoine culturel maritime de la méditerrannée)*, MACHU (*managing cultural heritage underwater*) e VENUS (*virtual exploration of underwater sites).*

Desde o ano lectivo de 2002-2003 — professor da cadeira de Introdução à Arqueologia Náutica e Subaquática da licenciatura em História — variante de Arqueologia, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Participou em cerca de quatro dezenas de reuniões científicas, na maioria das quais com apresentação de comunicações e proferiu um número equivalente de conferências, em ambos os casos à escala nacional e internacional.

Tem mais de uma centena de trabalhos publicados, entre os quais artigos científicos, boletins, relatórios e *dossiers* monográficos, notas de leitura, editoriais, artigos de divulgação e de opinião e memórias, nomeadamente em cinco línguas (português, espanhol, italiano, francês e inglês).

É membro correspondente da Academia de Marinha e do Instituto Arqueológico Alemão.

Despacho (extracto) n.º 17 044/2007

Por despacho de 31 de Maio de 2007 do director do IGESPAR, I. P., foi a licenciada Maria Isabel Fonseca Melo, assessora do quadro de pessoal dos Serviços Centrais do ex-IPPAR, nomeada, em regime de substituição, no cargo de directora do Panteão Nacional, com efeitos a 1 de Junho de 2007.

25 de Junho de 2007. — O Director do Departamento de Gestão, *Luís Filipe Coelho.*

Nota curricular

Dados pessoais:

Nome — Maria Isabel Fonseca Melo;
Data de nascimento — 16 de Maio de 1961.

Formação académica:

Bacharelato em Design de Mobiliário pela Escola Superior de Artes Decorativas;
Curso de estudos superiores especializados em Peritos em Arte/Mobiliário pela Escola Superior de Artes Decorativas.

Situação profissional — assessora da carreira técnica superior do quadro de pessoal do ex-Instituto Português do Património Arquitectónico.

Carreira na função pública:

A 1 de Outubro de 1986 inicia funções no Palácio Nacional de Queluz;
A 19 de Agosto de 1994 passa a exercer funções no Instituto Português de Museus;
A 11 de Abril de 1997, por transferência, ingressou no quadro de pessoal do Instituto Português do Património Arquitectónico;
24 de Março de 1999 — início da primeira comissão de serviço como chefe de divisão Comercial do Departamento de Coordenação dos Serviços Dependentes, cargo em que foi reconduzida em 23 de Março de 2002 e em 23 de Março de 2005.

Experiência profissional:

No Palácio Nacional de Queluz — 1986-1994:

Actividades docentes, serviço educativo e coordenação da organização de congressos;
Coordenação, produção e realização de actividades de animação e reutilização de espaços: jantares de gala associados a actividades culturais;
Acompanhamento técnico na concepção, montagem, embalagem, gestão orçamental, legendagem, promoção e apoio mecenático de exposições;
Colaboração na organização e logística de recepção e alojamento de chefes de estado estrangeiros, convidados pelo Governo Português;

No Instituto Português de Museus — 1994-1997:

Apoio à coordenação, preparação e montagem de exposições;
Organização e coordenação do sector que dirige a gestão das lojas dos serviços dependentes do IPM — programação, concepção e realização de objectos;
Coordenação da presença do IPM em diversas feiras e congressos internacionais;

No Instituto Português do Património Arquitectónico — 1997-2007:

Organização e coordenação da Divisão Comercial do IPPAR;
Promoção e coordenação da edição de reproduções e outros produtos em diversos suportes;
Promoção e coordenação da edição de algumas publicações relativas ao âmbito de actuação do IPPAR;
Coordenação e montagem de 30 novas lojas nos serviços dependentes do IPPAR;
Angariação de mecenato;
Gestão da difusão da informação visual ou descritiva, relativa à actividade comercial;
Organização e coordenação da participação do IPPAR em diversas feiras e congressos internacionais.

Outras habilitações e conhecimentos:

Participação no «Encontro de psicopedagogia de expressão»;
Participação no seminário de «Embalagem e transporte de obras de arte»;
Conhecimento de informática na óptica do utilizador: Word e Excel.

Despacho (extracto) n.º 17 045/2007

Por despacho de 30 de Abril de 2007 do director do IGESPAR, I. P., foi o licenciado Paulo Tavares Lebre Dias Duarte, docente, nomeado, em regime de substituição, no cargo de chefe de divisão de Salvaguarda do Património Arquitectónico do Departamento de Salvaguarda, com efeitos a 1 de Maio de 2007.

26 de Junho de 2007. — O Director do Departamento de Gestão, *Luís Filipe Coelho.*

Nota curricular

Paulo Tavares Lebre Dias Duarte.
Data de nascimento — 23 Fevereiro 1961.
Formação académica:

Licenciatura em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1979-1983, com 14 valores.
Licenciatura em Arquitectura pela Universidade Lusíada, 1989-1997, com 16 valores.
Curso de pós-graduação de Reabilitação Urbana e Requalificação Ambiental, ISCTE, 1993, com 15 valores.

Actividade profissional:

Técnico no Instituto Português do Património Arquitectónico — Divisão de Salvaguarda da Direcção Regional de Lisboa (desde Setembro de 2000), como professor requisitado ao Ministério da Educação;
Professor na Escola Universitária das Artes de Coimbra (ARCA-EUAC), no curso de Arquitectura, desde 1994, nas seguintes cadeiras:

Teoria da Arquitectura I (3.º ano); História da Arquitectura I (3.º ano); História da Arquitectura II (4.º ano);

Membro com assento no conselho científico da ARCA-EUAC;

Colaborador no *atelier* de José Manuel Pedreirinho — Arquitectos, Avenida de Sacadura Cabral, 49, cave D, 1000 Lisboa (até Agosto de 2000);

Colaborador na Arquipélago — Arquitectos, L.da, Avenida da República, 62, cave D, 1495-108 Algés (até Agosto de 2000);

Professor do ensino secundário entre 1994 e 2000.

Experiência profissional — síntese de projectos em colaboração: remodelação do Forte do Pessegueiro (coordenado pelo arquitecto José Manuel Pedreirinho); reordenamento e valorização da Alcáçova do Castelo de Mértola (coordenado pelo arquitecto J. M. Pedreirinho); projecto do Museu Arqueológico e Etnográfico de Barrancos (coordenado pelo arquitecto J. M. Pedreirinho); projecto do Museu de Caça e de História Natural de Sousel (coordenado pelo arquitecto Manuel Máximo Lapão); Plano Director de Sousel (coordenado pelo arquitecto M. M. Lapão).

PARTE D

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE LEIRIA

Anúncio n.º 5103/2007

Processo n.º 462/07.5BELRA — Outros processos cautelares (del. 825/05)

Autor — Graça Maria Silva Sousa.
Contra-interessado — João Barbosa Almeida (e outros).
Réu — Ministério das Finanças.

Faz-se saber que, nos autos de processo cautelar de admissão provisória a concurso, registados sob o n.º 462/07.5BELRA, que se encontram pendentes neste Tribunal, em que é requerente Graça Maria Silva Sousa e requerido Ministério das Finanças, são os contra-interessados oponentes ao concurso interno de ingresso com vista ao preenchimento de 700 lugares da categoria de técnico da administração tributária-adjunto, nível 1, grau 2, do grupo de pessoal da administração tributária, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, aberto através do aviso n.º 10 838/2005, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 230, de 30 de Novembro de 2005, citados para, no prazo de 15 dias, se constituírem como contra-interessados no processo acima indicado, nos termos do artigo 82.º, n.º 1, do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, cujo objecto do pedido consiste na impugnação judicial do despacho de 11 de Abril de 2007, que determinou a sua exclusão da lista de classificação final. Uma vez expirado o prazo para se constituírem como contra-interessados, consideram-se citados para contestar no prazo de 10 dias a acção acima referenciada pelos fundamentos constantes da petição inicial, cujo duplicado se encontra à disposição na secretaria, com a advertência de que a falta de contestação ou a falta nela de impugnação especificada não importa a confissão dos factos articulados pelo autor, mas o Tribunal aprecia livremente essa conduta, para efeitos probatórios, e ainda para o disposto no n.º 6 do artigo 117.º do CPTA. Na contestação deve deduzir, de forma articulada, toda a matéria relativa à defesa e juntar os documentos destinados a demonstrar os factos cuja prova se propõe fazer; caso não lhe seja facultada, em tempo útil, a consulta ao processo administrativo, disso dará conhecimento ao juiz do processo, permitindo-se que a contestação seja apresentada no prazo de 15 dias contado desde o momento em que o contra-interessado venha a ser notificado de que o processo administrativo foi junto aos autos.

De que é obrigatória a constituição de advogado, nos termos do artigo 11.º, n.º 1, do CPTA.

O prazo acima indicado é contínuo e terminando em dia em que os tribunais estejam encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

18 de Junho de 2007. — A Juíza, *Maria Joana Lorena de Sevès.* — O Oficial de Justiça, *Maria Emília Ruivo.*

1.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE AVEIRO

Anúncio n.º 5104/2007

Prestação de contas — Processo n.º 663/06.3TBAVR-D

Administrador da insolvência — Rui Castro Lima, Rua dos Combatentes da Grande Guerra, 29, 1.º, 3810-087 Aveiro.

Credores — Caixa Económica Montepio Geral e outros.

A Dr.ª Maria do Carmo Lourenço, juíza de direito do 1.º Juízo de Competência Especializada Cível do Tribunal da Comarca de Aveiro, faz saber que são os credores e a devedora insolvente DISFRUTE — Actividades Hoteleiras, Unipessoal, L.da, número de identificação de pessoa colectiva 507069447, Rua do Batalhão de Caçadores Dez, Centro Comercial, Fórum Aveiro, loja 2.16, 3800 Aveiro, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio no *Diário da República,* se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (artigo 64.º, n.º 1, do CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

16 de Maio de 2007. — A Juíza de Direito, *Maria do Carmo Lourenço.* — O Oficial de Justiça, *Luz Gorete Matos.*

2611034845

1.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BARCELOS

Anúncio n.º 5105/2007

Insolvência de pessoa colectiva (requerida) Processo n.º 2488/07.0TBBCL

Requerente — Porfírio Barreto da Costa, L.da
Insolvente — ROPEMARTE — Investimentos Imobiliários, L.da

No 1.º Juízo de Competência Especializada Cível do Tribunal da Comarca de Barcelos, no dia 18 de Julho de 2007, pelas 17 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência, do devedor ROPEMARTE — Investimentos Imobiliários, L.da, número de identificação fiscal 505042690, com sede no lugar do Outeiro, fracção «d», Oliveira, 4750-585 Oliveira BCL.

São administradores do devedor Fernando Chaves da Rocha Pereira e Manuel Oliveira Martins, a quem é fixado domicílio na sede da insolvente.

Para administrador da insolvência é nomeado António Carlos da Silva Santos, com endereço na Rua dos Conselheiros Lobato, 259, 2.º, esquerdo, Braga, 4705-089 Braga.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea *i*) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda de que:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias;

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).